

Schuma Schumacher

*A A O .
curumim e
aparrimdo .*

De▶ Fátima Oliveira [fatimao@medicina.ufmg.br]

Enviado em: quarta-feira, 31 de maio de 2006 23:05

Para▶ Fátima Oliveira

Assunto:▶ Trabalho das parteiras faz parte da luta pela humanização do parto + Campanha nacional quer diminuir cesarianas (VERMELHO)

31 DE MAIO DE 2006 - 20h13

Trabalho das parteiras faz parte da luta pela humanização do parto

Com o título "Mães da Pátria - Movimento pela Valorização das Parteiras Tradicionais", foi realizada audiência pública para discutir a situação das mulheres parteiras de várias partes do Brasil, principalmente do Norte e Nordeste. O debate aconteceu na Câmara dos Deputados, na tarde desta quarta-feira (31), como parte da programação da 10ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que ocorre na Câmara. O dia 30 de maio é dedicado ao Dia Mundial de Luta pela Humanização do Parto.



Parteiras debateram profissão com parlamentares.

Após a audiência foi lançado o livro *Mulheres e Parteiras - Cidadania e Direito Reprodutivo*, organizado pela ONG Curumim, entidade feminista de atuação nacional com sede em Recife.

A Câmara promove também a exposição fotográfica "Mães da Pátria", organizada pelo Movimento pela Valorização das Parteiras Tradicionais. A mostra reúne fotografias da publicitária Bia Fioretti, que pesquisa e cadastra parteiras brasileiras e de outros países. As imagens exibem parteiras que preservaram seus costumes, valores e tradições e fica em cartaz, no corredor do Plenário de 30 de maio a 14 de junho de 2006.

Para qualquer parteira, a cada parto ela ganha um filho e para as crianças nascidas, a parteira é a suas segunda mãe. Segundo a fotógrafa Bia Fioretti, "essas fotos representam, para as mães do nosso povo, as raízes da nossa terra. A casa Congresso Nacional representa essa pátria", assim justifica Bia a decisão de fazer sua primeira exposição "dentro do maior símbolo da pátria, o Congresso Nacional".

Profissão antiga

1/6/2006

Segundo a deputada Fátima Bezerra (PT-RN), que solicitou a audiência, a profissão parteira precisa ser reconhecida pelo Estado. "Precisamos resgatar o processo natural do parto. Um parto que respeite a mulher, que lhe dê informações sobre os procedimentos que vão ser feitos durante o parto. Dizer quais são as suas opções e os seus direitos. Um parto humanizado que ofereça um suporte físico, psicológico, com informações e orientações para que ela possa viver seu parto com segurança, satisfação e plenitude", enfatiza a deputada.

Segundo ela ainda, a profissão parteira talvez seja uma das mais antigas da humanidade. No Brasil, as parteiras são inúmeras e incontáveis. Em algumas regiões elas viajam quilômetros a pé, a cavalo, em pequenas embarcações, por estradas, rios ou no meio da mata. Às vezes, devido às dificuldades de locomoção, passam vários dias na casa da parturiente, à espera da hora do parto.

A parlamentar destacou ainda a experiência das parteiras em partos humanizados, pois são mulheres que conhecem a realidade de cada uma das famílias e participam da cultura local. "Elas tranquilizam as pacientes com rezas, pedindo proteção aos santos, Deus e, em especial, à Nossa Senhora. Cantam para a paciente canções de estímulo e de conforto.

Abastecem a casa de tudo que é necessário e, se falta alimento, tiram do seu próprio sustento. Auxiliam nos trabalhos domésticos da cozinha, da lavagem da roupa, do cuidado com as crianças. Assistem à mãe após o parto, observando sintomas e orientando sobre registro de nascimento, vacinações, entre outros direitos", ressaltou a deputada.

Maternidade segura e afetiva

Para a deputada Luiza Erundina, a audiência vai fortalecer a iniciativa da ex-deputada Janete Capiberibe (PSB-AM) que apresentou projeto de lei para regulamentar a profissão das parteiras. Segundo Erundina, as parteiras garantem uma maternidade segura e afetiva a milhares de mulheres que não têm acesso ao serviço público de saúde.

"A ação das parteiras começa a ser reconhecida. Em alguns hospitais do Nordeste e Norte, as parteiras já participam dos partos. São mulheres sem grandes pretensões econômicas que doam o seu tempo à mulher que está parindo. Cumprem uma missão. São confidentes, humildes, corajosas, pacientes, compreensivas e amorosas", afirmou a parlamentar.

Porta-voz

O livro Mulheres e Parteiras - Cidadania e Direito Reprodutivo, pretende ser porta-voz e transcrever suas histórias, conflitos, com a intenção de valorizar, reconhecer e agradecer-las publicamente por essa dedicação humanitária.

A publicação, resultado de vários encontros de parteiras de Pernambuco, organizados pela ONG

feminista Curumim e a Rede Reflect-Ação, mostra para as parteiras e mulheres que todas as cidadãs brasileiras precisam conhecer e se informar melhor sobre seus direitos, principalmente, os direitos à saúde, que são muitas vezes negados e desrespeitados.

Serviço:

Estará à disposição dos visitantes um livro de homenagem para os nascidos de parteiras deixarem o nome e o local de origem de sua parteira, para ser incorporado nessa Galeria de Homenagem.

De Brasília

Márcia Xavier

30 DE MAIO DE 2006 - 14h11

Campanha nacional quer diminuir cesarianas

Uma campanha nacional para incentivar a realização de partos normais e reduzir as cesarianas desnecessárias foi lançada hoje (30), em Brasília, pelo Ministério da Saúde. Dados de 2004 do Sistema de Nascidos Vivos (Sinasc) do ministério apontam que cerca de 42% dos partos realizados em todo o país foram cesarianas, ou seja, cirúrgicos – o que eleva o lucro das maternidades privadas. A proposta da campanha é diminuir em pelo menos 5% este número.

Em entrevista à TV NBR, da Radiobrás, a coordenadora da Campanha Nacional de Incentivo ao Parto Normal e Redução da Cesárea Desnecessária, Maria José Oliveira Araújo, disse que as pesquisas científicas da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam o parto normal como o ideal para a maioria das mulheres.

Segundo a coordenadora, o parto normal ajuda a mulher a se vincular mais rapidamente ao bebê e diminui os riscos de hemorragias, infecções, coágulos que podem se descolar e ir para órgãos importantes, como o pulmão e o coração. Para o bebê, também há benefícios. As crianças que nascem de parto normal correm menos risco de serem prematuras e terem problemas respiratórios.

Lei garante acompanhante

Um dos argumentos mais utilizados para que as mulheres prefiram as cirurgias é a questão da dor. Maria José Oliveira Araújo explica que o Ministério da Saúde paga aos hospitais a anestesia do parto normal, que ajuda a reduzir o desconforto. Ela lembrou ainda que a presença de um acompanhante na hora do parto é um direito da mulher, regulamentado pela Lei 11.108, da senadora Ideli Salvatti.

A lei garante a presença de um acompanhante da escolha da mulher antes, durante e depois do parto, tanto nos hospitais públicos quanto nos privados. Os hospitais têm até julho deste ano para cumprirem a lei. "Além disso, está provado cientificamente que as mulheres que têm acompanhantes durante o trabalho de parto, uma pessoa que possa lhe ajudar a reduzir a dor, reduzem também o tempo do

trabalho de parto", diz a coordenadora do ministério.

"Isto é um absurdo"

"Nós encontramos hospitais privados que têm 90% de cesáreas. Isso é um absurdo, não pode acontecer. É evidente que têm hospitais que recebem mulheres em estados mais graves, que nós consideramos de alto risco. Agora, não há razão de um hospital, público ou privado, ter um índice de cesárea de 81%."

A preferência pela cesariana também seria uma questão cultural no Brasil. Muitos profissionais estimulariam as mulheres a realizar o parto cirúrgico com promessas de que elas vão sentir menos dor e não terão alargamento vaginal. A possibilidade de fazer laqueadura de trompas na mesma cirurgia, prática proibida por lei, também motivaria a opção pela cesárea.

"É toda uma cultura, nós temos profissionais de saúde que acreditam que a cesárea é melhor, eles não têm tempo, por causa da quantidade de empregos, para ficar cuidando das mulheres, então é um ciclo, são vários fatores", destaca Maria José Oliveira Araújo.

Com informações
da Agência Brasil
